

## **O PROTAGONISMO INDÍGENA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS MBYÁ-GUARANI DA ALDEIA “YAKÃ JÚ” DE SANTO ÂNGELO/RS: O QUE É SER INDÍGENA NA ATUALIDADE?<sup>1</sup>**

Roberta Herter da Silva<sup>2</sup>  
Norberto Kuhn Junior<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo refere-se a uma importante reflexão surgida no desenvolvimento da tese de doutoramento da autora na Universidade Feevale. O trabalho tem como tema a diferença cultural dos indígenas Mbyá-Guarani e como objeto os indígenas Mbyá-Guarani, da aldeia Yança Jú, de Santo Ângelo. O trabalho, que não possui propósito conclusivo, visa trazer a reflexão à academia e à sociedade onde vivem esses indígenas para buscar contribuições de outras “vozes” para o desenvolvimento da tese de doutoramento. O que é ser indígena na atualidade? É importante a adoção de Políticas Públicas de desenvolvimento sustentável a esses indígenas? E qual é a importância do protagonismo indígena para tanto? Essas são questões motivadoras do presente trabalho e de extrema importância para a tese de doutoramento. Para tanto, utilizou-se inicialmente da metodologia de pesquisa exploratório-bibliográfica, por recorrer ao uso de livros, revistas, artigos, além de pesquisas em bibliotecas virtuais, também utilizou-se do método da etnografia, por meio das técnicas de pesquisa de campo, escritas de diário e da observação participante, ainda em estágio bem inicial de desenvolvimento na aldeia.

Palavras-chave: Diferença; Cultura Mbyá-Guarani; Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável.

### **Considerações Iniciais**

O presente trabalho visa compor bases conceituais acerca das categorias de análise sobre cultura, indivíduo, sociedade complexa, multiculturalismo e suas relações com as populações tradicionais e as questões ambientais, a partir da revisão teórica dos conceitos trazidos por autores como Gilberto Velho (1988; 1992), Simmel (1998), Peirano (1983), Geertz (1978),

---

<sup>1</sup> Essa reflexão é parte integrante da tese de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS).

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Bolsista e pesquisadora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Pesquisadora da linha de pesquisa: Inclusão Social e Políticas Públicas e do Grupo de Pesquisa: Metropolização e Desenvolvimento Regional. Advogada. Contato: roberta.h.s.\_@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor orientador da tese de doutoramento. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996). Professor da Universidade Feevale, atuando, desde 1999, em diversos cursos de Graduação, nas disciplinas de Sociologia, Pensamento Contemporâneo e Metodologia Científica; desde 2010 é professor-pesquisador do Mestrado Profissional de Inclusão Social e Acessibilidade, ministrando as disciplinas de Políticas Públicas e Cidadania e Seminário de Pesquisa e Desenvolvimento. Contato: nkjunior@feevale.br

Dumont (1985), Cardoso de Oliveira (2006), Carneiro da Cunha (2008), José Reginaldo Gonçalves (2012), Norbert Elias (1994), Alecsandro Ratts (2004), entre outros, foram elencadas algumas categorias que favorecem a interlocução entre o multiculturalismo, das sociedades complexas e das populações tradicionais e sua relação com o meio ambiente, mais especificamente com a aldeia “Yakã Jú” de Santo Ângelo/RS.

Para tanto, num primeiro momento foi necessário situar que com o multiculturalismo e as sociedades complexas está em desenvolvimento um processo de reestruturação e desestruturação das relações sociais, o que leva a uma ruptura com as formas tradicionais de produzir pertença, de ser e estar no mundo. Num segundo momento buscou-se analisar o valor do individualismo nas sociedades complexas e sua relação com as populações tradicionais. E para finalizar, foi necessário situar a trajetória social dos indígenas da aldeia ‘Yakã Jú’ e como está se dando essa dinâmica cultural, essa transformação cultural.

## **1 Multiculturalismo e Sociedades Complexas**

De acordo com Mariza Peirano (1983), desde que a antropologia foi reconhecida como disciplina acadêmica sua tendência sempre foi a de associá-la ao estudo das sociedades tribais, simples ou primitiva. Segundo a autora, por acreditarem que essas sociedades desapareceriam, já que praticamente não existiam sociedades isoladas, somente nos anos sessenta é que as sociedades complexas passaram a ser objeto legítimo da antropologia, apesar de nos anos quarenta e cinquenta já haver estudos na área. Fenômeno que Lévi-Strauss batizou de “crise moderna da antropologia”, já que essa ciência corria o risco de ficar sem objeto e conseqüentemente desaparecer (PEIRANO, 1983).

Isso porque, segundo Mariza Peirano (1983) as sociedades objeto da antropologia que antes eram simples, primitivas e isoladas, estavam começando a se articular a partir de redes sociais muito mais amplas e estas ligações, quanto o novo contexto que elas se inseriam, precisavam ser estudadas e explicadas pela antropologia. Segundo a autora, como solução surgiram duas soluções, uma com os trabalhos de Lévi-Strauss na França, conhecido como estruturalismo e outro tipo de solução fez surgir o estudo das sociedades complexas.

Segundo a autora, “ser moderno significa ser complexo, a complexidade (...) se referindo principalmente aos aspectos institucionais da organização social. Dentro desse quadro as sociedades simples se transformam em sociedades complexas na medida em que

desenvolvessem uma maior capacidade para a racionalidade, maior diferenciação de papéis sociais e um processo de mobilidade social mais efetivo” (PEIRANO, 1983, p. 102).

O individualismo nas culturas se torna cada vez mais central para a compreensão do mundo contemporâneo; por isso cada vez mais antropólogos e sociólogos contemporâneos têm tomado essa perspectiva como estudo das sociedades, já que é uma das formas de retratar mais adequadamente a complexidade das relações atuais. Pois, como bem refere Gilberto Velho (1988), a sociedade moderno-contemporânea é cheia de heterogeneidade e variedade de experiências e costumes.

Assim, segundo o autor, a coexistência de diferentes sistemas cognitivos tem sido variável fundamental para caracterizar sociedades moderno-contemporâneas, distinguindo-as daquelas em que a predominância nítida ou quase exclusividade de um único sistema, da homogeneidade (VELHO, 1992). Para Gilberto Velho (1988) uma das principais características das sociedades complexas é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo.

Gilberto Velho (1988) traz a teoria das sociedades complexas moderno-contemporâneas e as define como sendo aquelas sociedades marcadas pela divisão social de trabalho com categorias sociais distintas com continuidade histórica. A noção de complexidade, para Gilberto Velho, refere-se a heterogeneidade cultural que é entendida como a convivência com pluralidades de tradições baseadas nas atividades ocupacionais, raça/etnia, gênero, etc.

Para construí-la impôs-se um cruzamento de temas: da complexidade em si mesma, maior do que sua forma fenomenal contemporânea e particularmente característica das grandes cidades; da interação e da mediação; das redes e províncias de significado; e da tensão indivíduo/sociedade, refratada nas múltiplas articulações entre projetos, carreiras e trajetórias.

De acordo com Ana Maria D’avila Lopes (2012) a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio das sociedades modernas presente em todas as sociedades denomina-se multiculturalismo. Para a autora, o multiculturalismo busca que se reconheça e se respeite a diversidade.

De acordo com Groff e Pagel (2009) o multiculturalismo é uma forma de política social que visa efetivar os direitos fundamentais das minorias, que visa o reconhecimento de grupos inferiorizados na sociedade, seja por condições históricas, sócio-econômicas, sexuais, raciais, dentre outras. Segundo eles, o multiculturalismo é um conceito amplo que inclui a diversidade de grupos sociais, que na sociedade vivem relações de conflito, oposição e consenso, implica em conquistas e reivindicações para fins de evitar as mais diversas formas de opressão, exclusão

e dominação. Estes grupos sociais lutam por reconhecimento social, afirmando suas particularidades com fundamento na pluralidade de valores e diversidade cultural (GROFF; PAGEL, 2009).

Segundo os autores, as políticas multiculturais terão mais êxito quando o Estado, por meio de políticas públicas, intervir nas políticas sociais com o objetivo de alcançar uma maior igualdade material entre os cidadãos. Lopes (2012) vai além, ao pressupor como inevitável a interação entre essas culturas, a autora traz a interculturalidade, como projeto político capaz de estabelecer um diálogo entre elas, como forma de garantir uma real convivência pacífica, já que a simples coexistência entre os membros de uma sociedade não é suficiente para a garantia dos seus direitos fundamentais, para o reconhecimento/respeito do outro.

Cardoso de Oliveira (2006) contribui para esse debate com o fenômeno que ele chama de “taxa de consideração”, que é de ordem moral. Para o autor ela está na base do reconhecimento, se destacando como uma necessidade humana vital, como condição de moralidade nas relações interétnicas ou entre nacionalidades, que vai além de ações afirmativas por meio de políticas públicas.

Gilberto Velho (1988) denomina de fenômeno da negociação da realidade, que implica o reconhecimento da diferença como elemento constitutivo da sociedade. Para o autor, não só o conflito, mas a troca, a aliança e a interação em geral constituem a própria vida social por meio da experiência, da produção e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes.

De acordo com Velho (1988) o acordo é uma possibilidade, mas o consenso é problemático. Isso porque, como refere Norbert Elias, a vida social dos indivíduos não é nada harmoniosa: ela é repleta de contradições, tensões e explosões. Para Elias (1994) só poderá haver vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela estiverem satisfeitos e para isso é necessário que a estrutura social pertinente seja mais livre possível de tensão, perturbação e conflito.

Para o autor, é nas discrepâncias entre as necessidades individuais e as exigências da vida social que se encontra uma das razões para pensar e caracterizar o indivíduo e a sociedade. O autor considera que em toda sociedade há uma ligação de funções entre os indivíduos, cada uma destas funções está relacionada com terceiros: cada uma depende das outras. Portanto, é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, o autor chama de sociedade. A divisão das funções sociais existe tanto nas sociedades mais

simples como nas complexas. E quanto maior é essa divisão, mais se acentua a dependência de uma pessoa para com as outras, segundo o autor (ELIAS, 1994).

É nesse contexto de sociedades complexas e do multiculturalismo que é possível pensar na identidade cultural das populações tradicionais, identidade revestida de desigualdade e exclusão social. Nas modernas sociedades complexas, multiculturais, está em desenvolvimento um processo de reestruturação e desestruturação das relações sociais, o que leva a uma ruptura com as formas tradicionais de produzir pertença, de ser e estar no mundo.

### **3 O VALOR DO INDIVIDUALISMO NAS SOCIEDADES COMPLEXAS**

Para realizar a discussão referente ao individualismo neste trabalho é imprescindível compor bases conceituais de autores como Dumont, Simmel e Geertz levando em consideração a abordagem desses autores dentro dessa temática, para analisar como eles pensam o indivíduo moderno-contemporâneo em relação à cultura e assim realizar posteriormente uma análise acerca das populações tradicionais, mais especificamente as populações indígenas.

Dumont (1985) em sua obra “O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna” fala da transição do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-no-mundo. O autor faz todo um retrospecto histórico do desenvolvimento do individualismo, etapas de transformação, como também do cristianismo e do Estado, que foi de onde surgiram os pressupostos para o individualismo presente na sociedade atual.

A abordagem gira em torno do desenvolvimento do indivíduo-fora-do-mundo, que existe no início da era cristã como reflexo da época que, por sua vez, pensava a salvação obtida na relação com Deus, distante, assim, do mundo social. Para Dumont (1985) o indivíduo no mundo é o mais atual, advém da ideia de Calvino, onde a salvação se tornou diretamente ligada à ação do homem no mundo. Dumont reflete sobre o holismo e o individualismo. O individualismo sendo o caráter do mundo moderno e ocidental, tendo com valor supremo o indivíduo, e o holismo sendo de caráter das sociedades tradicionais, como a Índia.

Diferentemente de Dumont, Simmel (1998), nas obras “O dinheiro na cultura moderna” e “O Indivíduo e a Liberdade”, faz uma outra relação do individualismo com a modernidade. Simmel relaciona o individualismo com o capitalismo, faz uma abordagem histórica com relação à transição da economia na idade média para a economia moderna na qual a questão monetária ganha espaço.

Segundo Simmel (1998), na idade medieval a economia se baseava nas relações pessoais, mas com a virada do século XIX essas relações vão se modificando e a personalidade individual vai ganhando mais autonomia. Com a economia monetária as relações entre as pessoas se tornam cada vez mais objetivas, se tornam cada vez mais relações de troca, quebrando a unidade que antes existia na época medieval e tornando o indivíduo cada vez mais independente e autônomo. Abre-se espaço, segundo o autor, para a exploração da subjetividade do sujeito, ou seja, para o individualismo.

Segundo Simmel (1998) a existência do homem moderno está numa rede de relações de interesses monetários, do qual o indivíduo necessita para existir, pois se tornou um meio de realização dos seus desejos mais íntimos, sendo, dessa forma, um meio de condução para a felicidade. Nesse contexto, é possível perceber que a noção de individualismo para Simmel é diretamente ligada à economia da modernidade-contemporaneidade, onde o indivíduo está sempre em busca de se individualizar. Mas Simmel alerta que o caminho do indivíduo à sua individualidade acontece nas relações objetivas com os outros.

De acordo com as ideias de Simmel, é possível constatar que se vive numa sociedade envolta por uma lógica de capital que incentiva os seres humanos ao individualismo e à competitividade em nome do desenvolvimento e do progresso econômico. Diante deste cenário, é preciso estar atento que modelo econômico que fundamenta um ideário de desenvolvimento não dá conta das inúmeras demandas que surgem em outros campos de reflexão, como ambiental, das populações tradicionais, das culturas diferenciadas por exemplo.

Geertz (1978) na sua obra “A interpretação das culturas” é possível perceber a sua perspectiva com relação à cultura e indivíduo. A perspectiva de Geertz do indivíduo é do “homem como animal simbolizante”, ou seja, como um ser simbolizante. Isso porque, para o autor os símbolos carregam significados e estes, por sua vez, significam na cultura; por isso a sua noção de cultura é a de uma teia de significados tecidos pelo homem e como sendo sua análise, ou seja, ciência interpretativa em busca dos significados dos comportamentos sociais.

A ideia de indivíduo como ser simbolizante está, para Geertz, intrinsecamente ligada à ideia de racionalidade, pois, como ele mesmo diz, essa perspectiva dá bases ao homem de ser “pesquisador de significados, assim (...) os símbolos são estratégias para englobar situações, então precisamos dar mais atenção a como as pessoas definem as situações e como fazem para chegar a termos com as mesmas” (GEERTZ, 1978, p. 158). Enfim, a visão de Geertz é essa noção do simbolismo como fator de racionalidade e cultura, já que carrega significados; o

simbolismo é referência da humanização da natureza, as formas de apreensões simbólicas podem ser, portanto, ou sagradas ou reflexões sobre o real.

O simbolismo se encontra presente além de em Geertz, também em Simmel. Isso porque, ao que parece, a sociedade moderna refletida por Simmel traz a ideia de globalização e da cultura do dinheiro como medida das coisas, assumindo um caráter simbólico de equivalência. Assim, o individualismo é uma realidade da sociedade atual, pois há cada vez mais cultivo dos anseios e da realização de projetos de vida individuais, e para que se realizem esses projetos é necessário se individualizar.

Nesse contexto, é possível pensar a relação dialética entre identidade étnica e identidade nacional como a trazida por Cardoso de Oliveira (2006). É importante pensar acerca das fronteiras culturais, ou limites culturais, como prefere o autor (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) e relacioná-los aos povos tradicionais, os quais possuem uma forma diferenciada de se constituírem enquanto sujeitos no mundo, de definirem a sua posição no mundo, e conseqüentemente as formas de relacionamento com os Outros (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

O modo de ser indígena é um conjunto de conhecimentos que definem uma condição de estar no mundo. Possuem características de serem grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, com base na cooperação social (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Nessas sociedades, o passado é honrado e os símbolos valorizados, porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. Os povos tradicionais são os grandes depositários de parte considerável do saber ambiental conhecido pela humanidade. A partir do etnoconhecimento, do conhecimento concebido a partir das referências socioculturais ao longo do tempo, elaboram padrões que possibilitam formas específicas de ler o mundo e atribuir significados relevantes para o grupo. Quando presentes em determinado território, ecossistema, funcionam como fator de preservação, em razão de sua relação com o meio ambiente totalmente distinta do modelo econômico da sociedade envolvente.

O modelo de sociedade capitalista é caracterizado pela instabilidade de ciclos, pela quebra de sistemas ecológicos, pela agressividade de produção e do consumo em confronto direto com a natureza, uma vez que os princípios que regem tal estrutura político-econômica são princípios poluidores. A ação do homem, por meio das relações de produção e de consumo, afeta, concomitantemente, a integração dos sistemas ecológicos, biológicos, econômicos e

sócio-psicológicos, como o aquecimento climático, a degradação da biosfera, exploração desmedida e intensiva de recursos minerais.

Para Maria da Glória Gohn (2010) os indígenas detêm saberes sobre a floresta, tanto da arquitetura de seu território, como de suas matas e animais, e possuem com a terra uma relação que não passa pela ideia de propriedade, é algo do mundo simbólico, do sagrado. Assim, segundo a autora, a mãe natureza, a terra e a água tem estatuto divino, são deusas na perspectiva desses povos tradicionais, que aprenderam a conviver com harmonia com o meio ambiente.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2008) o conhecimento tradicional tem regimes diferentes do conhecimento hegemônico, “científico” e essa diferença deve ser mantida, ou seja, que é preciso manter em paralelo formas diferentes de produzir conhecimentos, não querer fundi-las uma na outra. Para a autora o grande problema é a arrogância da “ciência” que tende a ignorar outras formas de conhecimento.

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como RIO-92, estabelece no Princípio 22 que os povos indígenas e suas comunidades, assim como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento devido a seus conhecimentos e práticas tradicionais.

Também a Lei 9.985/00 – Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC trata das comunidades tradicionais como sendo fatores de preservação do meio ambiente nas Unidades de Conservação - UCs. Em seu artigo 20 alude que a existência das populações tradicionais baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Por isso na visão de José Reginaldo Gonçalves (2012) podem ser reivindicados como patrimônio imaterial cultural por esse grupo social, haja vista tratar-se de reivindicações identitárias fundadas numa memória coletiva e numa narrativa histórica de grupo que controla saberes tradicionais de preservação do meio ambiente, que envolvem interesses muito concretos de ordem social e econômica. No caso em análise, envolve sobretudo reconhecimento de identidade e memória, e na visão de Gonçalves (2012) repercute transformações profundas do modo como se estabelecem as relações entre passado, presente e futuro.

Embora haja o reconhecimento legal, os povos tradicionais, como os indígenas por exemplo, vivem na contemporaneidade num mundo onde há pouco espaço para permanecerem eles mesmos. Nesse sentido, as dinâmicas culturais ganham outros conceitos e viabilizam inúmeros e diferenciados processos de subjetivação, os quais evidenciam novas formas de sociabilidade, práticas de atuação política, fluxos culturais e identitários.

As populações tradicionais sofrem pressões e ameaças não só em razão da ausência do Estado e das políticas públicas mas, em muitos casos, em consequência da gestão governamental, empreendimentos públicos e atividades induzidas pelo próprio Estado, como ocorre por exemplo com o choque entre a política ambiental e a política relativa às populações tradicionais, com a sobreposição entre terras indígenas ou quilombolas e unidades de conservação. Roberto Cardoso de Oliveira, em sua obra “Caminhos da identidade” faz uma crítica “a ausência da dimensão ética ou moral no trato das relações interétnicas no âmbito da formulação e execução de políticas públicas dirigidas às etnias indígenas” no Brasil (2006, p. 46).

Segundo Lopes (2012) o Estado não deve apenas garantir a coexistência, mas deve também assegurar a convivência entre todos os membros de sua sociedade. O Estado, para Groff e Pagel (2009) desempenha papel central na constituição da democracia, sobretudo, nas sociedades multiculturais. No entanto, muitas vezes, as minorias subordinam-se as imposições da maioria, ou até mesmo ocorre dos grupos inferiores serem privados de seus direitos, assim, a democracia acaba carecendo de efetivação.

### **3. Os indígenas Mbyà-Guarani da aldeia “Yakã Ju” de Santo Ângelo/RS e as políticas públicas**

O objeto desse estudo são os aproximadamente 37 indígenas Mbya-Guarani, da Aldeia Yança Jú, instalados, desde dezembro de 2015, numa área de 15 hectares na Barca dos Gabriel, Buriti, distrito do município de Santo Ângelo, situado na região das Missões, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os indígenas utilizam-se de aparatos tecnológicos, esse constitui o perfil singular da aldeia Yakã Jú, ou seja, à medida que visam preservar suas tradições indígenas, ao mesmo tempo, desfrutam do acesso às novas tecnologias.

Ao percorrer a história é possível verificar que as mais graves violações aos direitos identitários e culturais tiveram como fundamento a dicotomia do “eu versus o outro”, em que a

diversidade era captada como elemento para aniquilar direitos (Piovesan, 2008). Valendo dizer que no decorrer do tempo o “outro” foi concebido como um ser menor em dignidade e em direitos, em situações limites um ser esvaziado de qualquer dignidade, um ser descartável, um ser supérfluo, objeto de compra e venda, como na escravidão, ou de campos de extermínio, como no nazismo (Piovesan, 2008).

Na modernidade a diferença fez parte do conceito de identidade, já que deixa de ser considerado como um valor negativo e passa a ser considerado um valor positivo, ou seja, a identidade como autoconsciência é um acontecimento moderno (LUCAS, 2012), que consolida e fortalece a democracia. A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social e encontra-se inserida no processo histórico (SEMPRINI, 1999). E quando se está a falar em indiferença, está a se falar da qualidade daquele ou daquilo que é indiferente, que tem falta de cuidado, de zelo, ou pelo que ou por quem se tem apatia, insensibilidade ou desprezo.

O reconhecimento das diferenças tornou-se condição indispensável à participação social das minorias, ao fim das desigualdades e à redução do sofrimento humano. Na modernidade, não foram poucos os documentos internacionais elaborados para garantir a proteção e amparo devidos às demandas comunitaristas e identitárias. Nesse viés, o Brasil passou a cumprir agendas voltadas para uma nova concepção de igualdade a partir da Constituição de 1988, além da igualdade formal, assegurou da mesma forma a igualdade material por meio de políticas públicas de inclusão, já que por muitos anos houve uma política de exclusão.

Os movimentos indigenistas reclamam seu direito à diferença. No Brasil historicamente a maioria da população indígena foi eliminada ou confinada em áreas não urbanizadas /não industrializadas, assim houve uma política de exclusão desse grupo étnico-racial. Após 1988 houveram importantes conquistas quanto ao direito indígena.

Os Mbyá-Guarani da aldeia Yança Jú enfrentam enormes dificuldades na interação social com a sociedade envolvente, o que Roberto Cardoso de Oliveira (1962) denomina de fricção interétnica. Segundo esse autor, o Brasil é um exemplo de país de colonização européia com “povos indígenas sob cujos territórios uma nova nação se expandiu” (Cardoso de Oliveira 1988, p. 154). E por esse motivo os indígenas, inclusive os Mbyá Guarani, encontram-se inseridos em situações de contato interétnico em relações sociais desmedidamente desiguais com segmentos da sociedade nacional, ou seja, “situações de fricção engendradas pelo contato interétnico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1962).

Para Cardoso de Oliveira, os sistemas interétnicos mostram-se “contaminados pela história da sociedade majoritária”, de maneira que, ao fim, as sociedades indígenas cedem lugar “às novas sociedades constituídas pela história do colonizador” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1980, p. 262). Segundo o autor (1980, p. 71), o diálogo entre interlocutores inseridos em horizontes culturais distintos sempre deixa um resíduo de incompreensão dificilmente resgatável, mas considera conveniente, bem como indispensável, “um acordo entre os agentes étnicos em contato”. E enxerga nesta a possibilidade de uma “comunidade intercultural” a ser constituída com o objetivo de elaborar um modelo alternativo de desenvolvimento, mediante um processo de “negociação” e de “fusão de horizontes” entre as partes.

Os indígenas Mbyá-Guarani vivenciam o que denominam de “modo tradicional de vida Mbyá-Guarani”, o qual é composto pela cosmologia guarani, a mitologia e o profetismo, pelo relacionamento harmônico com a fauna e a flora, pela alimentação indígena com o consumo do milho, da mandioca, da batata-doce, pela produção e comercialização de artesanato como colares, pulseiras, estátua de animais feitos com a madeira corticeira, pela realização de uma economia de subsistência, da qual a agricultura é a principal atividade, mas apreciam também a caça e a pesca, pela lógica da solidariedade, já que tudo o que é pescado, caçado e produzido é dividido entre todos os membros pelo uso da língua guaraní, pelo cultivo de danças e da musicalidade tradicional por meio do ensaio diário do coral “Tapê Porã”.

Mas é possível observar que os Mbyá-Guarani também vivenciam a conexão entre dois sistemas socioculturais de magnitudes muito diversas. Se apropriam de elementos da sociedade envolvente como o uso do dinheiro, o consumo de tecnologias como telefone celular, computador, televisão, fone de ouvido, a escuta de diversos estilos musicais como o sertanejo universitário, o funk, o pagode, o consumo de alimentos industrializados, a utilização de meios de transporte como carro e bicicleta, de redes sociais como facebook e o whatsapp, a frequentar escola não indígena, uso da língua portuguesa para comunicação com os não-indígenas, utilização de adornos como boné, cinto, maquiagem, roupas e calçados, o que refletem que esta cultura está “de frente” para a sociedade de consumo, para a sociedade nacional.

Diante disso, é possível afirmar que os Mbyá-Guarani deixam de ser indígenas pelo uso de aparatos tecnológicos? Afinal, o que é ser indígena na atualidade? Em tese ser indígena seria descender de populações pré-Cabralinas, se reconhecer enquanto índio e ser reconhecido enquanto tal. Entretanto, ser indígena no Brasil é enfrentar uma série de preconceitos e estimas, sendo visto como preguiçoso, atrasado, sujo, entre outros. Isso porque, o trabalho na concepção

moderna é aquilo que gera lucro e riqueza, na lógica capitalista do individualismo, e os povos indígenas nunca tiveram essa intenção, pois vivem uma economia de subsistência e na lógica da coletividade. Ou seja, vivenciam uma lógica de consumo totalmente diferenciada da sociedade envolvente.

As tradições não correm o risco de “perder suas raízes” e desaparecer, segundo Thompson (2008), mas passam por um processo de transformação, sendo cultivadas de novas formas, em outros contextos interativos. Para o autor, “as tradições transmitidas oralmente continuam a desempenhar um papel importante na vida cotidiana dos indivíduos. E mais, as tradições mesmas foram transformadas à medida que seu conteúdo simbólico foi sendo assumido pelos novos meios de comunicação” (2008, p.160).

Thompson (2008) chega à tese da nova ancoragem da tradição, isto é, ao fato desta tradição não se limitar mais aos contextos práticos da vida cotidiana e ter expandido-se, renovado-se e sido ancorada em novos contextos interativos, que vão bem além dos limites das situações de origem.

Assim, a efetivação de direitos de cidadania para povos indígenas pressupõe o reconhecimento de sua autonomia, enquanto coletividades diferenciadas. Assim a participação indígena na construção de políticas públicas diferencia-se de outros grupos sociais à medida que é representativa de coletividades com especificidades que as distinguem da sociedade nacional.

Em todos os âmbitos, federal, estadual e municipal deve ser prevista a participação indígena nos espaços de debate para garantir que os modos de vida indígenas sejam reconhecidos, respeitados, e valorizados e considerados pelas políticas públicas que se desenvolvem em todas as esferas. A Convenção 169 da OIT dispõe:

Artigo 7º

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

O protagonismo indígena destaca-se fundamental na adoção de políticas públicas relacionadas à saúde, proteção e fiscalização das terras indígenas, cidadania indígena,

sustentabilidade e segurança Alimentar, educação escolar indígena, formação e fortalecimento das associações indígenas, comunicação, energia alternativa e renovável, comercialização de produtos indígenas, entre outros.

Torna-se necessário a adoção de um conjunto de ações integradas que visem implementar políticas públicas, em parceria com o Governo Federal, Estadual, Municipal e Organizações Não-Governamentais, que vise o desenvolvimento regional sustentável adequado para os povos indígenas, principalmente para os Mbyà-Guarani da aldeia “Yakã Jú” de Santo Ângelo/RS.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho visa trazer essa reflexão que envolve questões da tese de doutoramento intitulada “Os Mbyá-Guarani da aldeia “Yakã Ju” de Santo Ângelo/RS: a ressignificação da diferença cultural diante da sociedade de consumo”, e por esse motivo não possui propósitos conclusivos. O estudo tem como hipótese, a partir da experiência etnográfica, que os indígenas da etnia Mbyà-Guarani buscam a afirmação da sua cultura e, ao mesmo tempo, apreendem elementos da sociedade complexa, como a utilização do celular, do computador, da internet, entre outros e, assim, ressignificam sua diferença cultural, utilizando-se desses aparatos tecnológicos para comunicação com outras aldeias são instrumentos comunicacionais importantes na luta em defesa dos direitos indígenas, assim como a concretização dos mesmos na vida prática, para reforçar as associações indígenas, para a comercialização de artesanato e, assim, articulam-se socialmente para reforçar a identidade cultural Mbyà-Guarani.

Esse estudo tem relevância social à medida que se compreende que ser indígena é muito mais do que viver na floresta, da mesma forma que é muito mais do que viver na cidade. Ser indígena é muito mais do que fazer parte de uma sociedade diferenciada, igualmente é muito mais do que se integrar na sociedade nacional. Ser indígena não é utilizar aparatos tecnológicos como o telefone celular e nem deixar de utilizá-los, não é ser jovem e não é ser velho. Ser indígena não é falar uma língua oficial do Estado e também não é falar uma língua própria.

Ser indígena é muito mais que utilizar cocar, penas, colares e pintar o seu corpo, também é muito mais que utilizar boné, tênis e calça jeans. Ser indígena é muito mais que ensaiar o coral indígena, ou mesmo dançar funk e sertanejo. Ser indígena é muito mais do que caminhar, igualmente é muito mais que andar de táxi ou de avião. Ser indígena é muito mais que banhar-

se no rio ou utilizar o chuveiro elétrico durante o inverno. Ser indígena é muito mais que gostar de assistir novelas, séries e jogos de futebol em seu televisor de 40 polegadas ou apreciar o luar. Ser indígena não é se reconhecer índio ou não se reconhecer. Ser indígena é mais do que esperar ser reconhecido como índio pelos órgãos oficiais. Ser indígena é poder ser e ter tudo isso, parte disso ou nada disso. Ser indígena é simplesmente ser protagonista de sua história, ter nas mãos o poder de decidir acerca da sua identidade.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A crise do indigenismo*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil (Projeto de Pesquisa). *América Latina*, v. 5, n. 3, p. 85-90, 1962.

\_\_\_\_\_. Identidade e estrutura social. *Anuário Antropológico/78*, p. 243-263, 1980.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Entrevista com Manuela Carneiro da Cunha: Povos tradicionais tem um pacto com o meio ambiente*. Instituto Sociedade, População e Natureza. 2008. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha/> Acesso em 8 de jun. de 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. *A construção da etnoconservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação*. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/manausetnocon.pdf>. Acesso em 8 de jun. de 2015.

\_\_\_\_\_; ARRUDA, Rinaldo. *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURHAN, Eunice. *A dinâmica da cultura*. Ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004,

ELIAS, Norbert. *A sociedade de indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos identitários e culturais: gênero, etnia, gerações. In: GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda, 2010. P. 89-119.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda a construção permanente. In: TAMASO, Isabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

GROFF, Paulo Vargas; PAGEL, Rogério. Multiculturalismo, democracia e reconhecimento. *Videre*, Dourados, MS, ano1, n. 2, p. 51-64, jul./dez. 2009.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. *Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade*. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 38, p. 67-81, jan./jun. 2012.

LUCAS, Doglas Cesar. *A proteção jurídica das identidades desconectadas: um mapa de sua ambivalência*. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 215-236, julho/dezembro de 2012.

MORIN, Edgar. *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2013.  
OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Edunesp, 2006.

PEIRANO, Mariza G. S. Etnocentrismo às avessas: o conceito de sociedade complexa. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 1, 1983, pp. 97-115.

PIOVESAN, Flávia. *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Perspectivas Global e Regional*. In: SARMENTO, Daniel; IKAVA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (orgs). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos*. In: SANTOS, Augusto Sales dos. *Ações afirmativas e o combate ao racismo na Américas*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RATTS, Alecsandro. J. P. A etnia e os outros: a espacialidades dos encontros/confrontos. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, nº 17-18, p. 77-89, jan. – dez. de 2004.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 1999.

SIMMEL, Georg. O indivíduo e a liberdade. In: Jessé Souza e B. Oëlze (orgs). *Simmel e a Modernidade*. Brasília, Editora da UNB, 1998, pp. 109 a 117.

\_\_\_\_\_. O dinheiro na cultura moderna. In: Jessé Souza e B. Oëlze (orgs). *Simmel e a Modernidade*. Brasília, Editora da UNB, 1998, pp. 23 a 40.

THOMPSON, John B. *A mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de O. Brandão. Leonardo Avritzer rev.10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRACANA, Rosa Branca; FERREIRA, Maria Eduarda; CARVALHO, Graça. Concepções de (futuros) professores portugueses sobre educação ambiental: Identificação das dimensões 'ecocêntrica', 'antropocêntrica' e 'sentimentocêntrica'. *Revista Brasileira de Pesquisa em*

*Educação em Ciências*. Vol. 12, N° 2, 2012. Disponível em:  
<http://revistas.if.usp.br/rbpec/article/viewFile/328/309>. Acesso em 15 de out. de 2014.

VELHO, Gilberto. *Unidade e fragmentação em sociedades complexas*. In: G. Velho e O. Velho (orgs.), *Duas conferências*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura - Notas para uma Antropologia das sociedades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.